

TÊXTIL RENAUXVIEW S/A | CNPJ/MF: 82.982.075/0001-80 | NIRE: 4230000949-1 | COMPANHIA ABERTA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
I - ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado líquido antes do IRPJ/CSLL diferidos	(39.484)	16.767	(39.460)	16.790
Itens que não representam movimentação de caixa				
- Depreciações e amortizações	3.187	2.588	3.187	2.588
- Baixa de impostos diferidos (IRPJ e CSLL)	(38)	22	(38)	22
- Provisões para devedores duvidosos	(1.089)	(142)	(1.089)	(142)
- Ajuste a valor presente	(192)	(940)	(192)	(940)
- Equivalência patrimonial/Investimentos em controlada	(155)	(98)	-	-
- Provisão de juros e multas sobre passivos	34.537	21.898	34.537	21.898
Geração (utilização) bruta de disponibilidades	(3.234)	40.095	(3.055)	40.216
(Aumento) Redução de ativos operacionais				
- Contas a receber - circulante e não circulante	2.395	24.710	2.395	24.710
- Estoques	17.758	27.349	17.758	27.349
- Outras contas a receber	668	(909)	1.269	(1.777)
- Impostos a recuperar	(761)	72	(758)	72
- Despesas do exercício seguinte	(170)	(20)	(170)	(20)
- Adiantamento a fornecedores	88	16	88	16
- Depósitos judiciais - não circulante	(1.559)	73	(1.559)	73
- Mútuo com controlada - não circulante	793	(906)	-	-
- Impostos a recuperar - não circulante	77	116	77	116
- Outros ativos - não circulante	(230)	-	(230)	-
Aumento (Redução) de passivos operacionais				
- Fornecedores	1.335	(11.632)	1.335	(11.632)
- Salários e encargos sociais	708	(4.656)	708	(4.669)
- Obrigações tributárias - circulante e não circulante	(14.865)	12.394	(14.865)	12.393
- Comissões a pagar	9	(332)	9	(332)
- Outras contas e encargos a pagar	(443)	(950)	(443)	(950)
- Depósitos judiciais - não circulante	22	(38)	22	(38)
Compensação Autorregulatória lei 14.740/23	11.528	11.528	11.528	11.528
IRPJ / CSLL diferidos do período	38	(22)	15	(45)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	14.157	85.360	14.124	85.482
II - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Acréscimos de imobilizado	(2.317)	(182)	(2.317)	(182)
Baixas líquidas do imobilizado	3.214	526	3.214	526
Acréscimos de intangível	(344)	(30)	(344)	(30)
Baixas líquidas do intangível	-	2.008	-	2.008
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	553	2.322	553	2.322
III - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Variação parcelamento	-	(56.064)	-	(56.064)
Novos empréstimos e financiamentos bancários	37.751	39.035	37.751	39.035
Novos empréstimos de pessoa física e jurídica	800	3.750	800	3.750
Pagamentos de empréstimos e financiamentos bancários	(49.902)	(72.274)	(49.902)	(72.274)
Pagamentos de empréstimos pessoa física e jurídica	(3.452)	(2.005)	(3.452)	(2.005)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	(14.803)	(87.558)	(14.803)	(87.558)
IV - AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(93)	124	(126)	246
V - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	240	116	424	178
VI - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	147	240	298	424

CONTINUAÇÃO - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais)

a) Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Pronunciamento	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26 (R1)/IAS 1	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulantes, Classificação de Dívidas com Convenants e Divulgação de Políticas Contábeis Materiais	01/01/2024
Alterações ao CPC 40 (R1)/IFRS 7	Alterações sobre informações requeridas de acordos de financiamento com fornecedores	01/01/2024

A Companhia não possui contratos com fornecedores abrangidos pelas mencionadas alterações.

b) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e sua controlada Renauxview Ltda., onde o investimento corresponde a 99,99% (99,99% - 2023).

A consolidação ocorre em conformidade com o estipulado pela Lei no 6.404/76 e as devidas alterações promovidas pela Lei no 11.638/07 e Lei no 11.941/09, bem como pelos critérios previstos pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre a empresa consolidada;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da empresa controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das demonstrações financeiras consolidadas.

c) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras (IAS 21), aprovado pela Resolução CVM nº 91/22. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para

a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas taxas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado.

d) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

i) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado Líquido do Exercício	(39.446)	16.745	(39.446)	16.745
Efeitos tributários sobre ajuste de avaliação patrimonial do Imobilizado	(75)	42	(75)	42
Resultado Abrangente do Exercício	(39.521)	16.787	(39.521)	16.787

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24	117.404	132.431	117.684	132.711
CUSTO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	25.a	(95.462)	(113.698)	(95.462)	(113.698)
RESULTADO BRUTO		21.942	18.733	22.222	19.013
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Com vendas	25.a	(13.141)	(13.236)	(13.141)	(13.236)
Gerais e administrativas	25.a	(13.675)	(16.295)	(13.777)	(16.454)
Outras receitas operacionais		10.801	58.267	10.801	58.267
Outras despesas operacionais	25.a	-	(98)	-	(98)
Resultado de equivalência patrimonial	12	155	98	-	-
		(15.860)	28.736	(16.117)	28.479
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E (DESPESAS) FINANCEIRAS		6.082	47.469	6.105	47.492
Receitas financeiras		688	874	688	874
Despesas financeiras		(46.254)	(31.576)	(46.254)	(31.576)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	25.b	(45.566)	(30.702)	(45.566)	(30.702)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(39.484)	16.767	(39.461)	16.790
Contribuição social diferida		10	(6)	1	(15)
Imposto de renda diferido		28	(16)	14	(30)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		(39.446)	16.745	(39.446)	16.745
QUANTIDADE DE AÇÕES (EM MIL)	27	4.259	4.259	4.259	4.259
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO (em reais)		(9,262)	3,932	(9,262)	3,932

transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras.

ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, descontadas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, com exceção dos depósitos judiciais descritos na nota explicativa nº 9.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

e) Caixa e equivalentes de caixa:

i) Caixa e bancos conta movimento: incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor;

ii) Aplicações financeiras: estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras e referem-se a aplicações em renda fixa.

f) Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. A estimativa de perdas para devedores duvidosos foi constituída em montante suficiente pela Administração para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos, sendo, como regra geral, considerados para provisão os títulos vencidos há mais de 90 dias. Negociações iniciadas dentro deste período, mesmo que ainda em andamento, não são consideradas para provisão de perdas. O saldo de contas a receber de clientes ainda está líquido do ajuste a valor presente.

g) Estoques

Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, o qual não supera o valor de mercado. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui os custos geo-raís de fabricação.

h) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando existentes. Nos casos em que houve reavaliações, estão mantidas.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de ganhos de capital no resultado.

ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que

é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

iii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

i) Ativo intangível

ii) Reconhecimento e mensuração

A Companhia possui somente softwares como ativos intangíveis. Todos são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

iii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas e as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de estimativa de perdas contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição da perda



TÊXTIL RENAUXVIEW S/A | CNPJ/MF: 82.982.075/0001-80 | NIRE: 4230000949-1 | COMPANHIA ABERTA

de valor é revertida e registrada no resultado.

ii) Ativos não financeiros

Os valores financeiros dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Receita operacional - venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

l) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre atrasos de recebíveis, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa com variação cambial, a qual é contabilizada, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção também são contabilizados no resultado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

n) Apresentação dos segmentos operacionais

As informações avaliadas pelo principal tomador de decisões operacionais são baseadas na atividade principal da Companhia, que é operação de tecelagem e beneficiamento de tecidos planos. Desta forma, o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões é consistente com as demonstrações financeiras, uma vez que existe um único segmento operacional. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho é a Administração da Companhia e o Conselho de Administração, responsáveis inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	13	20	13	20
Bancos conta movimento	101	189	252	373
Aplicações financeiras	33	31	33	31
TOTAL	147	240	298	424

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Clientes	26.638	29.033	26.638	29.033
(-) Provisão para perdas	(2.768)	(3.856)	(2.768)	(3.856)
(-) Ajuste a valor presente	(653)	(846)	(653)	(846)
TOTAL	23.217	24.331	23.217	24.331

Aging List	Vencidas		A Vencer	
	Valor	%	Valor	%
Prazo				
0 - 30 dias	1.321	30,84%	6.593	29,49%
31 - 60 dias	190	4,44%	6.458	28,89%
61 - 90 dias	5	0,12%	4.228	18,91%
Acima de 90 dias	2.768	64,61%	5.075	22,70%
TOTAL	4.284	100%	22.354	100%

6. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Bancos contas em garantias	2.452	2.780	2.452	2.780
Adto funcionários	621	906	621	906
Adto representantes	-	55	-	55
TOTAL	3.073	3.741	3.073	3.741

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Produtos acabados	15.109	24.551	15.109	24.551
Produtos em elaboração	10.944	16.955	10.944	16.955
Materiais diretos	9.123	11.549	9.123	11.549
Materiais de consumo	1.885	2.658	1.885	2.658
Importação em andamento	603	85	603	85
Provisão para perdas	(542)	(918)	(542)	(918)
TOTAL	37.122	54.880	37.122	54.880

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

a) Circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IPI	9	12	9	12
ICMS	177	161	177	161
PIS/COFINS	199	109	199	109
IRPJ/CSLL	94	93	94	96
Excl. ICMS base Contrib.	-	7	-	7
IPTU	664	664	664	664
TOTAL	1.143	382	1.143	385

b) Não circulante

	Controladora e consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
PIS/COFINS	27	98
ICMS	75	81
TOTAL	102	179

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Ativo não circulante

	Controladora e consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Processos trabalhistas	29	7
PRODEC	101	341
Autorregularização Lei 14740/23*	1.777	-
TOTAL	1.907	348

* A Lei 14.740, de 29/11/2023, instituiu o Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos - PAIT, onde podem ser incluídos quaisquer tributos administrados pela RFB, desde que sejam constituídos entre 30 de novembro de 2013 a 01 de abril de 2024. Todos os tributos federais com fatos geradores em janeiro e fevereiro de 2024 foram constituídos no período abrangido pela lei, e no entendimento do corpo jurídico da Companhia, passíveis de serem incluídos no programa. Diante da discordância da RFB, a empresa optou por depositar judicialmente os valores do período, enquanto discute o assunto em sede de Mandado de Segurança. A decisão foi desfavorável à Companhia, e estamos aguardando a liberação do alvará a favor da RFB, para quitar os tributos. Nenhum valor será devido, já que o depósito foi feito no valor integral dos tributos.

b) Passivo não circulante

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Processos trabalhistas	29	7
TOTAL	29	7

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

A Companhia mantém também débitos fiscais de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL constituídos sobre os ajustes de avaliação patrimonial (AAP) sobre itens do imobilizado. Desta forma, seguindo o que regulamenta o CPC 32, parágrafo 74, item b, número ii, a Companhia está apresentando estes valores pelo seu valor líquido de realização (tributos diferidos ativos (-) tributos diferidos passivos), em função dos mesmos estarem relacionados com tributos sobre o lucro gerados pela mesma autoridade tributária. Em 31 de dezembro de 2024, a situação na Controladora era a seguinte:

a) Tributos diferidos ATIVOS

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de Renda PJ	462	434
CS sobre Lucro Líquido	166	156
SUBTOTAL	628	590

b) Tributos diferidos PASSIVOS

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de Renda PJ	(462)	(434)
CS sobre Lucro Líquido	(166)	(156)
SUBTOTAL	(628)	(590)

LÍQUIDO DE REALIZAÇÃO

No exercício de 2024 foram reconhecidos no resultado da Controladora o montante de R\$ 39 mil referente à despesa com tributos diferidos em função da baixa por expectativa de realização. A Controladora também possui valores contabilizados como tributos diferidos passivos. Em 31 de dezembro de 2024, a situação Consolidada da Companhia era a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
a) Tributos diferidos ATIVOS				
Imposto de Renda PJ	462	434	462	434
CS sobre Lucro Líquido	166	156	166	156
SUBTOTAL	628	590	628	590

b) Tributos diferidos PASSIVOS

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de Renda PJ	(758)	(730)
CS sobre Lucro Líquido	(273)	(263)
SUBTOTAL	(1.031)	(993)

LÍQUIDO DE REALIZAÇÃO

(403) (403)

11. ATIVOS NÃO UTILIZADOS NA ATIVIDADE OPERACIONAL - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Em função de decisões estratégicas relacionadas a melhorar a capacidade produtiva da Companhia, ao longo do tempo algumas máquinas e equipamentos são desativados na produção. Atualmente os mesmos compõem o conjunto de garantias nas execuções movidas contra a companhia. Em 31 de dezembro de 2024 (Controladora e Consolidado), perfaziam o montante de R\$ 3.944 mil (31/12/2023 - R\$ 3.716 mil).

12. INVESTIMENTOS

a) Participação em controlada: Renauxview Ltda

	Quantidade Cotas Possuídas		Porcentagem de Participação		No Patrimônio Líquido		Participação no Resultado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Renauxview Ltda	99.998	99.998	99,99	99,99	1.571	1.416	155	98

b) Saldos e transações com controlada: Renauxview Ltda

As demonstrações financeiras incluem os seguintes saldos e transações com empresa controlada:

Direitos		Obrigações	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
210	402	-	-
Receitas		Despesas	
31/12/2024	30/09/2023	31/12/2024	31/12/2023
-	-	300	300

As transações com a Renauxview Ltda. referem-se à prestação de serviços a preço e em condições de mercado que lhe permitam adequada rentabilidade.

13. IMOBILIZADO

A Companhia procede a avaliação da vida útil econômica do ativo imobilizado de acordo com as Leis 11.638/07 e 11.941/09 e atendendo a Resolução CVM 73/22 e Resolução nº 144 de 15 de junho de 2022 da CVM que aprovaram os CPC 27 e ICPC 10. Para determinar a estimativa de vida útil do ativo imobilizado e valor residual, os técnicos da Companhia analisaram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica e a experiência da Companhia com seus ativos.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024		31/12/2023	31/12/2024		31/12/2023
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos*	54.321	-	54.321	55.027	56.370	57.076
Imóveis	34.112	(7.154)	26.958	27.721	26.958	27.721
Máquinas de Grande Porte	81.356	(65.501)	15.855	20.651	15.855	20.651
Veículos	1.418	(1.135)	283	349	283	349
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	8.753	(7.237)	1.516	(223)	1.516	(223)
Outras Imobilizações	2.174	(1.976)	198	276	198	276
Imobilizado em andamento	1.307	-	1.307	437	1.307	437
TOTAL	183.441	(83.003)	100.438	104.238	102.487	106.287

* Ver nota nº 33.

Bem	Taxas médias de depreciação		Taxa anual %
	31/12/2024	31/12/2023	
Terrenos	-	-	0,0%
Imóveis	-	-	2,5%
Máquinas de Grande Porte	-	-	10,0%
Veículos	-	-	20,0%
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	-	-	10,0%
Outras Imobilizações	-	-	20,0%

13.1. Movimentação do custo corrigido - Controladora

	Controladora				31/12/2024
	31/12/2023	Adições	Baixas	Transf.	
Terrenos*	55.027	-	(706)	-	54.321
Imóveis	34.046	54	-	12	34.112
Máquinas de grande porte	80.823	-	(606)	1.139	81.356
Veículos	1.415	3	-	-	1.418
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	11.522	57	(436)	(2.390)	8.753
Outras Imobilizações	2.330	27	(183)	-	2.174
Imobilizado em andamento	437	912	-	(42)	1.307
TOTAL	185.600	1.053	(1.931)	(1.281)	183.441

* Ver nota nº 33.

13.2. Movimentação da depreciação acumulada - Controladora

	Controladora				31/12/2024
	31/12/2023	Adições	Baixas	Transf.	
Imóveis	(6.325)	(829)	-	-	(7.154)
Máquinas de grande porte	(60.172)	(2.466)	394	(3.257)	(65.501)
Veículos	(1.066)	(69)	-	-	(1.135)
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	(11.745)	(448)	435	4.521	(7.237)
Outras Imobilizações	(2.054)	(104)	182	-	(1.976)
TOTAL	(81.362)	(3.916)	1.011	1.264	(83.003)

14. INTANGÍVEL

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de Uso	3.429	(2.130)	1.305	1.242
TOTAL	3.429	(2.130)	1.305	1.242

Bem	Taxas médias amortização		Taxa anual %
	31/12/2024	31/12/2023	
Direitos de Uso	-	-	20,0%

14.1. Movimentação do custo corrigido

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2023	Adições	Baixas	Transf.
Direitos de Uso	3.090	345	-	-
Software em andamento	-	57	(57)	-
TOTAL	3.090	402		

TÊXTIL RENAUXVIEW S/A | CNPJ/MF: 82.982.075/0001-80 | NIRE: 4230000949-1 | COMPANHIA ABERTA

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

15.1 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
INSS e CPRB	2.259	1.388	2.262	1.391
Parcelamento FGTS*	-	255	-	255
FGTS	613	258	613	258
Salário educação - FNDE	243	154	243	154
SESI	146	93	146	93
SEBRAE	58	37	58	37
SENAI	107	431	107	431
Parcelamento - Leis 11.941/09	2.543	2.206	2.543	2.206
TOTAL	5.969	4.822	5.972	4.825

* Parcelamento quitado.

15.2 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários	792	910	794	912
Provisão para férias	2.171	2.491	2.178	2.499
Outros	12	13	12	13
TOTAL	2.975	3.414	2.984	3.424

16. FORNECEDORES

Prazo	Vencidas		A Vencer	
	Valor	%	Valor	%
0 - 30 dias	-	0,00%	4.083	63,48%
31 - 60 dias	-	0,00%	1.631	25,36%
61 - 90 dias	-	0,00%	439	6,83%
Acima de 90 dias*	139	100,00%	279	4,34%
TOTAL	139	100%	6.432	100%

* Valor em discussão judicial.

17. OBRIGAÇÕES FISCAIS

17.1) Circulante

i) OBRIGAÇÕES FEDERAIS:

	Controladora		Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	Parcelas	Início	Fim
IRRF/IRPJ/CSLL	840	697	846	702		
PIS/COFINS/CSLL retidos	27	6	27	6		
Parcelamentos CPRB RFB	-	429	-	429	60 dez/19	nov/24
Parcel. Prev. Simplif. RFB	-	804	-	804	60 dez/19	nov/24
Parcel. Prev. Simplif. RFB	59	99	59	99	60 jun/20	mai/25
Parcel. Prev. Simplif. RFB Terc.	130	116	130	116	60 dez/19	nov/24
Parcel. Previdenciário PGFN	217	521	217	521	48 mar/21	fev/25
Parcel. IR RFB	1.122	899	1.122	899	60 jun/21	mai/26
Parcel. Lei 13.496/17 PGFN*	1.425	1.153	1.425	1.153	145 ago/17	jan/30
Parcelamento - Lei 11.941/09 PGFN	-	982	-	982	180 nov/09	out/24
Parcel. Prev/IRRF/CPRB	1.554	1.161	1.554	1.161	60 jan/23	dez/27
Parcel. Prev/IRRF/CPRB	1.134	966	1.134	966	60 jul/23	jun/28
Parcel. 14.740/23 PIS/COFINS**	3.844	-	3.844	-	48 abr/24	mar/28
Parcel. Prev. Simplif. RFB	290	-	290	-	60 ago/24	jul/29
Parcel. Simplif. Prev/IRRF/CPRB	905	749	905	749	60 abr/23	mar/28
Parcel. Simplif. RFB	449	-	449	-	60 nov/24	out/29
Parcel. FAP	572	-	572	-	60 nov/24	out/29
TOTAL	12.568	8.582	12.574	8.587		

* Ver Nota Explicativa 29 e ** 32

ii) OBRIGAÇÕES ESTADUAIS:

	Controladora		Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	Parcelas	Início	Fim
ICMS	165	548	165	548		
ICMS parcelamento	-	293	-	293	12 jun/23	mai/24
ICMS parcelamento	-	280	-	280	12 jun/23	mai/24
ICMS parcelamento	-	838	-	838	12 set/23	ago/24
ICMS - PRODEC	38.471	37.529	38.471	37.529		
TOTAL	38.636	39.488	38.636	39.488		

iii) OBRIGAÇÕES MUNICIPAIS:

	Controladora		Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	Parcelas	Início	Fim
IPTU Parcelado	-	725	-	725	24 mar/21	abr/23
IPTU Parcelado	-	201	-	201	24 mai/22	jun/24
ISS retido	22	20	22	20		
TOTAL	22	946	22	946		nov/24

17.2) Não circulante – Parcelamentos de Tributos Federais

	31/12/2024	31/12/2023	Parcelas	Início	Fim
	Parcel. Lei 12.996/14 - ADICION. SENAI	162	165	180	ago/14
Parcel. Lei 12.996/14 - PREVIDENC. PGFN	7.848	9.323	180	ago/14	dez/29
Parcel. Lei 13.496/17 PGFN*	4.655	5.411	145	ago/17	jan/30
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	-	39	60	jun/20	mai/25
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB Terc.	-	93	60	dez/19	nov/24
Parcel. Previdenciário PGFN	-	80	60	mar/21	fev/25
Parcel. IR RFB	374	1.176	60	jun/21	mai/26
Parcel. Prev/IRRF/CPRB	2.487	3.413	60	jan/23	dez/27
Parcel. Simplif. Prev/IRRF/CPRB	1.745	2.246	60	abr/23	mar/28
Parcel. 14.740/23 PIS/COFINS**	6.919	-	48	abr/24	mar/28
Parcel. Prev/IRRF/CPRB	2.268	2.891	60	jul/23	jun/28
Parcel. Prev. Simplif. RFB	830	-	60	ago/24	jul/29
Parcel. Simplif. RFB	1.590	-	60	nov/24	out/29
TOTAL	28.878	24.837			

* Ver Nota Explicativa nº 29 e ** nº 32

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Circulante

INSTITUIÇÃO	Taxa	31/12/2024	31/12/2023
Badesc - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina		24.981	22.854
Financiamento vencido em 25/07/2010. Garantia aval da diretoria, hipoteca de imóvel e alienação fiduciária de máquinas.	INPC + 1%am	24.981	22.854
D&D Administradora de Bens Ltda.*		8.045	7.257
Crédito cedido por diversos credores originais. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel.	INPC	8.045	7.257
CRÉDITOS NEGOCIADOS (originados de Debêntures extintas)**		2.991	2.747
PLANNER CORRETORA DE VALORES SA	IPCA	84	80
NUCLEOS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL	INPC + 5,23% aa	2.448	2.246
PRECE - PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	INPC + 5,23% aa	340	312
UN-INVEST SERVICOS E INVESTIMENTOS LTDA.	INPC + 5,23% aa	119	109
BANCO DAYCOVAL		12.895	6.793
Leasing	CDI + 0,47% am	1.486	1.290
Empréstimos de capital de giro	9,42% aa	1.281	-
Empréstimos de capital de giro	9,42% aa	1.434	-
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,58% am	677	-
Empréstimos de capital de giro	8,90%aa	1.757	-
Empréstimos de capital de giro	9,02% aa	1.735	-
Empréstimos de capital de giro (BNDES FGI/PEAC)	1,14% am	-	142
Empréstimos de capital de giro (BNDES FGI/PEAC)	1,66% am	670	610
Empréstimos de capital de giro (BNDES FGI/PEAC)	1,48% am	855	748
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,59% am	-	1.005
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,60% am	3.000	2.998
BANCO SOFISA		7.977	7.008
Empréstimos de capital de giro em dólar	13,97% aa	-	3.272
Empréstimos de capital de giro em dólar	12,63% aa	4.179	-
Empréstimos de capital de giro (BNDES FGI/PEAC)	CDI + 0,50% am	-	1.023
Empréstimos de capital de giro (BNDES FGI/PEAC)	CDI + 0,50% am	-	763
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,60% am	1.746	-
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,60% am	2.052	-
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,60% am	-	804
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,60% am	-	764
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,55% am	-	382
BANCO BMA		531	-
Empréstimos de capital de giro	1,10% am	531	-
QUATA		-	417
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,5654% am	-	417
CREDITISE		835	451
Operação Antecipação	1,10% am	835	451
BANCO SAFRA		1.906	-
Empréstimos de capital de giro	1,29%am	1.906	-
PLATA FIDIC		1.155	6.932
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,96% am	1.155	6.932
RNX MAXINVEST		661	496
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,59% am	-	59
Empréstimos de capital de giro	1,37% am	360	-
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,65% am	301	437
BANCO SICOOB		2.507	1.394
Empréstimos de capital de giro	1,52% am	1.872	1.394
Empréstimos de capital de giro	1,55% am	635	1.394
ABC BRASIL		1.475	1.415
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,49% am	1.475	1.415
VALOREM FIDC		1.559	5.549
Empréstimos de capital de giro	1,65% am	-	680
Empréstimos de capital de giro	1,59% am	1.559	-
Empréstimos de capital de giro	1,65% am	-	1.190
Empréstimos de capital de giro	1,65% am	-	1.030
Empréstimos de capital de giro	1,65% am	-	2.649
Juros a Transcorrer		(342)	(1.138)
TOTAL CIRCULANTE		67.176	62.175

* Ver nota nº 31

** Ver nota nº 19.1

b) Não circulante

INSTITUIÇÃO	Taxa	31/12/2024	31/12/2023
D&D Administradora de Bens Ltda.*		138.105	126.304
Crédito cedido por diversos credores originais. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel.	INPC	138.105	126.304
CRÉDITOS NEGOCIADOS (originados de Debêntures extintas)**		106.741	100.035
PLANNER CORRETORA DE VALORES SA	IPCA	111	186
NUCLEOS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL	INPC + 5,23% aa	39.987	38.939
PRECE - PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	INPC + 5,23% aa	5.560	5.414
UNINVEST SERVICOS E INVESTIMENTOS LTDA.	INPC + 5,23% aa	1.945	1.894
NUCLEOS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL	INPC + 5,23% aa	49.793	45.133
PRECE - PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	INPC + 5,23% aa	6.923	6.275
UNINVEST SERVICOS E INVESTIMENTOS LTDA.	INPC + 5,23% aa	2.422	2.194
Banco Daycoval		4.034	5.185
Leasing	CDI + 0,47% am	371	1.720
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,65% am	1.354	-
Empréstimos de capital de giro (BNDES FGI/PEAC)	1,48%am	1.639	2.244
Empréstimos de capital de giro (BNDES FGI/PEAC)	1,66% am	670	1.221
RNX MAXINVEST		481	255
Empréstimos de capital de giro	1,37% am	481	-
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,65% am	-	255
Valorem		779	-
Empréstimos de capital de giro	1,59% am	779	-
ABC BRASIL		246	1.415
Empréstimos de capital de giro (BNDES FGI/PEAC)	CDI + 0,49% am	246	1.415
BANCO SICOOB		-	581
Empréstimos de capital de giro	1,55% am	-	581
PLATA		-	1.155
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,96% am	-	1.155
TOTAL NÃO CIRCULANTE		250.386	234.930

* Ver nota nº 31

** Ver nota nº 19.1

19. CRÉDITO NEGOCIADOS OU EM DISCUSSÃO

19.1 Originados de Debêntures extintas conforme acordo em 29/11/2021

Em 31 de dezembro de 2004, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a emissão para distribuição pública em série única de 40.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas da espécie quirográfrica, com valor nominal unitário de R\$ 1 mil, perfazendo o montante total de R\$ 40.000 mil. Foram negociadas 8.303 debêntures, sendo o saldo cancela-

do. A remuneração seria de 0,8355 % ao mês. A remuneração das debêntures foi paga até o mês de setembro de 2006, e a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª parcelas, vencidas em setembro de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 não foram quitadas. Em 25 de setembro de 2006, foi ajuizada pela Planner Corretora de Valores, a Execução da Emissão Pública de Debêntures que tramita no Tribunal de Justiça de São Paulo. Nesta ação, foram penhorados alguns bens da Companhia que foram suficientes para garantir a execução. Conforme divulgado em fato relevante na data de 29 de novembro de 2021:



TÊXTIL RENAUXVIEW S/A | CNPJ/MF: 82.982.075/0001-80 | NIRE: 4230000949-1 | COMPANHIA ABERTA

1) A Companhia concluiu naquela data o processo de renegociação dos valores devidos em decorrência da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures datada de 02 de dezembro de 2004 ("Debêntures"). Os valores pendentes de pagamento, cujo montante total alcançou o valor de R\$ 86.820.494,32 (oitenta e seis milhões, oitocentos e vinte mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e trinta e dois centavos), serão pagos pela Companhia aos Debenturistas nas seguintes condições:

(i) 480 (quatrocentos e oitenta) parcelas mensais e consecutivas, sem deságio e sem carência, de forma que o primeiro pagamento será realizado em até 10 (dez) dias contados da homologação do Instrumento Particular de Transação Extrajudicial ("Acordo") pelo Juízo da Execução (autos nº 0206755-43.2006.8.26.0100) que tramita na 28ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, e os demais pagamentos serão realizados todo dia 10 (dez) de cada mês subsequente;

(ii) O valor de cada parcela será corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC/IBGE), da data de 29 de novembro de 2021, até a data do pagamento e sobre o valor de cada parcela atualizada pelo INPC incidirão juros proporcionais de 5,23% ao ano;

(iii) No caso de adimplência das 240 (duzentas e quarenta) primeiras parcelas acima, então os Debenturistas renunciarão ao direito de cobrança do saldo das parcelas restantes e darão à Têxtil RenauxView quitação plena, rasa, irrevogável e irretirável da dívida.

(iv) A assinatura do Acordo implicará a extinção das Debêntures e da comunhão entre os Debenturistas, com a consequente renúncia da Planer à qualidade de agente fiduciário das Debêntures, permanecendo os Debenturistas como credores.

2) A conclusão da renegociação acima descrita representa uma solução adequada para a totalidade do endividamento decorrente das Debêntures, com redução dos custos financeiros e de forma adequada ao fluxo de caixa da Companhia. Definida essa relevante questão, a Companhia poderá concentrar seus esforços no seu desenvolvimento e fortalecimento operacional.

A homologação do Instrumento Particular de Transação Extrajudicial ("Acordo") pelo Juízo da Execução (autos nº 0206755-43.2006.8.26.0100) que tramita na 28ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP ocorreu em 13/05/2022 e os pagamentos aos credores iniciaram em 25/05/2022 e estão adimplidos. O valor pago até 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 7.116.686,36 e o valor da parcela no mês de janeiro/2025 é de R\$ 255.055,14.

Com a homologação do acordo, ficam extintas as debêntures, conforme previsto na Cláusula 2ª – Extinção das Debêntures:

"2.1. A assinatura desta Transação implicará a extinção das Debêntures e da comunhão entre os Debenturistas, conforme aprovação prévia dos Debenturistas reunidos em assembleia geral."

19.2 Vladimir Estanislau Walendowsky – (Débitos com PF – Circulante e Não Circulante)

O valor devido ao credor Vladimir Estanislau Walendowsky foi parcelado, em dezembro de 2021 e posteriormente renegociado. O parcelamento está sendo cumprido e restam 05 parcelas a serem quitadas em 2025. No exercício de 2024 foram pagos R\$ 775.243,66.

19.3 Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A (BADESC)

O crédito da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A (BADESC), surgiu com a Cédula de Crédito Industrial nº 012990-00-0, emitida em 28 de novembro de 2001, no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais). Em 16 de setembro de 2002, foi firmado o Termo aditivo, alterando a forma de amortização do crédito.

Em 09 de maio de 2008, o BADESC ajuizou a ação de execução, autos nº 0003973-09.2008.8.24.0011, com escopo de reaver o saldo devedor de R\$ 7.210.889,29 (sete milhões, duzentos e dez mil, oitocentos e oitenta e nove reais e nove centavos).

Na sequência, a Companhia opôs embargos à execução, autos nº 0003973-09.2008.8.24.0011, requerendo o afastamento da TJLP (Taxa de Juros a Longo Prazo), como elemento de composição dos juros remuneratórios, bem como, a exclusão dos encargos moratórios, uma vez que a mora restaria desconfigurada, diante das alegações de disposições ilegais e abusivas existentes no contrato.

Em 1º grau a decisão não foi favorável e a Companhia interpôs recurso de apelação, que foi provido em parte, para afastar a incidência da TJLP, a capitalização mensal do termo aditivo e a exigibilidade dos encargos de mora, ao passo que o Egrégio Tribunal de Santa Catarina, no julgamento do acórdão nº 2012.085740-6, entendeu que os encargos decorrentes da inadimplência apenas incidirão em caso de permanecer saldo devedor após o recálculo da contratualidade. Atualmente, discutem-se os cálculos apresentados pelas partes, sendo R\$ 24.980.644,35 o valor atualizado até 31 de dezembro de 2024.

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Adto Clientes	664	559
Aluguéis	104	100
Estoques em Consignação	25	25
Seguros	107	17
Serviço de Terceiros	58	725
Convênios*	47	52
Impostos	26	-
TOTAL	1.031	1.478

* Valores descontados dos funcionários e repassados para os sindicatos/associações.

21. PROVISÕES FISCAIS E CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, que são apenas no âmbito tributário, foram constituídas provisões, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos administrativos, eventualmente judiciais e suas custas. Parte do valor contingenciado em anos anteriores foi parcelado de acordo com a nota explicativa nº 32 (item b). Os valores ainda contingenciados são decorrentes de glosa de créditos tomados pela Companhia, e de encargos sobre estes créditos. A quase totalidade destes valores decorrem os de autos de infração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS decorrentes de fiscalização da RFB referente aos anos de 2009 a 2014. Os processos são de nº 13.971-723.240/2014-54 e 13971.724290/2014-59 e estão sendo discutidos em âmbito administrativo. Destes valores, aproximadamente 30% tem tendência de decisão favorável do CARF, mas a Companhia aguarda a decisão final para reversão dos valores. O valor total das contingências em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 90.658 mil (31/12/2023 – R\$ 111.773 mil).

21.1. Perda possível

Existem valores de contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, apenas no âmbito trabalhista, e para estes valores não foram constituídas provisões financeiras. Os valores decorrem de reclamatórias de ex-funcionários reivindicando horas extras e demais verbas trabalhistas.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	1.113	611
TOTAL	1.113	611

22. OBRIGAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Estão registrados no balanço patrimonial, pelos valores originais acrescidos de juros contratuais:

a) Circulante

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Armando C. Hess de Souza - Mútuo - capital de giro, com juros de 1,49% am., sem correção monetária. Vencimento em 31/12/2025.	-	7.965
L.A. Admins. De Bens - Mútuo - capital de giro, com juros de 1,49% am., sem correção monetária. Vencimento em 30/11/2024	-	983
Márcio L. Bertoldi - Mútuo - capital de giro, com juros de 1,49% am., sem correção monetária. Vencimento em 19/01/2026.	-	1.677
TOTAL	-	10.625

b) Não circulante

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Armando C. Hess de Souza - Mútuo - capital de giro, com juros de 1,49% am., sem correção monetária. Vencimento em 31/12/2025.	8.235	-
L.A. Admins. De Bens - Mútuo - capital de giro, com juros de 1,49% am., sem correção monetária. Vencimento em 30/11/2026	1.177	-
Márcio L. Bertoldi - Mútuo - capital de giro, com juros de 1,49% am., sem correção monetária. Vencimento em 19/01/2026.	1.231	-
TOTAL	10.643	-

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

a) Capital social

O capital social de R\$ 8.186.220,16 (oito milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e vinte reais e dezesseis centavos), é dividido em 4.259.280 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e oitenta) ações, sendo 1.456.603 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e três) ordinárias e 2.802.677 (dois milhões, oitocentos e dois mil, seiscentos e setenta e sete) preferenciais, sem valor nominal.

b) Reserva de Incentivos fiscais

Reserva constituída no montante de R\$ 9.983 mil, com os benefícios fiscais decorrentes do Crédito Presumido de ICMS, do período 2012.

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS				
Vendas mercado interno	152.603	169.474	152.603	169.474
Vendas mercado externo	2.879	4.542	2.879	4.542
Serviços mercado interno	8	-	308	432
		132		
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	155.490	174.148	155.790	174.448
Deduções da receita bruta	(38.086)	(41.717)	(38.106)	(41.737)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	117.404	132.431	117.684	132.711

25. CUSTOS, DESPESAS E RESULTADO FINANCEIRO POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

a) Custos e despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal (salários, benefícios e encargos)	(32.553)	(41.460)	(32.653)	(41.595)
Matérias primas e embalagens	(44.130)	(49.835)	(44.130)	(49.835)
Energia elétrica	(9.420)	(9.782)	(9.420)	(9.782)
Gastos gerais de fabricação	(12.583)	(16.056)	(12.583)	(16.056)
Comissões representantes	(2.773)	(2.844)	(2.773)	(2.844)
Frete	(1.717)	(1.874)	(1.717)	(1.874)
Propaganda e promoção de vendas	(752)	(672)	(752)	(672)
Serviços de terceiros	(8.755)	(8.273)	(8.757)	(8.273)
Depreciação e amortizações	(4.199)	(5.023)	(4.199)	(5.023)
Tributos diversos	(148)	(231)	(148)	(255)
Encargos tributários	(653)	(2.313)	(653)	(2.313)
Outros custos e despesas	(4.595)	(4.964)	(4.595)	(4.964)
Total	(122.278)	(143.327)	(122.380)	(143.486)

Classificados como:

Custo dos produtos/serviços	(95.462)	(113.698)	(95.462)	(113.698)
Despesas com vendas	(13.141)	(13.236)	(13.141)	(13.236)
Gerais e administrativas	(13.675)	(16.295)	(13.777)	(16.454)
Outras despesas operacionais	-	(98)	-	(98)
Total	(122.278)	(143.327)	(122.380)	(143.486)

b) Resultado financeiro

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Juros recebidos	42	183
Varição cambial ativa	646	687
Outras receitas	-	4
Total da receita financeira	688	874
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos	(22.918)	(14.665)
Encargos sobre crédito negociado	(9.860)	(8.493)
Encargos com partes relacionadas	(1.735)	(1.434)
Encargos sobre tributos	(8.216)	(5.358)
Encargos sobre demais contas	(941)	(1.142)
Varição cambial passiva	(2.161)	(797)
Outras despesas financeiras	(423)	313
Total da despesa financeira	(46.254)	(31.576)
Resultado financeiro líquido	(45.566)	(30.702)

26. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

No exercício de 2024 as despesas com os administradores e conselheiros fiscais (Controladora e Consolidado) acumularam R\$ 2.716 mil (2023 – R\$ 3.461 mil), sendo a distribuição por órgão:

- a) Conselho de Administração: R\$ 85 mil
- b) Diretoria: R\$ 2.311 mil
- c) Conselho Fiscal: R\$ 320 mil.

O valor menor no exercício de 2024 em relação ao mesmo período do ano anterior se deve a deliberação pelo Conselho de Administração de redução dos valores, a partir de outubro de 2023, dos próprios honorários e dos diretores, com reflexo no Conselho Fiscal, como medida auxiliar no equilíbrio de caixa e resultado econômico.

27. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações emitidas:

	31/12/2024		31/12/2023	
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício atribuído aos acionistas				
Lucro (Prejuízo) - acionistas preferenciais	(25.961)		11.020	
Lucro (Prejuízo) - acionistas ordinários	(13.485)		5.724	
TOTAL	(39.446)		16.745	
Quantidade de ações preferenciais emitidas	2.803		2.803	
Quantidade de ações ordinárias emitidas	1.456		1.456	
TOTAL	4.259		4.259	

Resultado básico e diluído por ação

Ação preferencial	(9,2618)	3,9316
Ação ordinária	(9,2618)	3,9316

28. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

i) Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

A classificação dos ativos e passivos financeiros é determinada no momento de seu reconhecimento inicial de acordo com o CPC 48 / IFRS 9.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

• Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a estimativa de perda com clientes, para fazer face ao risco de crédito. Conforme requerido pelo CPC 40 (R1), a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco das contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito.

• Exposição a riscos de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes	23.217	24.331
Outras contas a receber	3.042	4.312
TOTAL	26.259	28.643

A Companhia avalia a necessidade de reconhecimento de perdas com créditos através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre as contas a receber. A Companhia avalia também a necessidade de constituição de perdas para as contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes. A despesa com a constituição de estimativa de perda com clientes foi registrada na rubrica de despesas "Com vendas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Estimativa de perdas em clientes" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

• Garantias

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

• Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos. A Companhia possui os seguintes instrumentos de taxa variável:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e Financiamentos	(317.562)	(297.105)
TOTAL	(317.562)	(297.105)

• Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente do algodão e dos fios de algodão e fibra adquiridos de terceiros. Essas oscilações de preços podem provocar alterações



TÊXTIL RENAUXVIEW S/A | CNPJ/MF: 82.982.075/0001-80 | NIRE: 4230000949-1 | COMPANHIA ABERTA

substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria prima.

Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro (€). A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

ii) Instrumentos financeiros – valor justo

O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores financeiros apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

	Controladora		Consolidado	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	298	298	424	424
Clientes e Outras Contas a Receber	26.259	26.259	28.643	28.643
Empréstimos e Financiamentos	(317.562)	(317.562)	(297.105)	(297.105)
Fornecedores e Outras Contas a Pagar	(8.839)	(8.839)	(6.430)	(6.430)
Obrigações com Pessoas Ligadas	(10.643)	(10.643)	(10.625)	(10.625)

• **Contas a receber de clientes e outras, fornecedores e outras contas e encargos a pagar:** Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

• **Empréstimos, financiamentos e obrigações com pessoas ligadas:**

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores financeiros, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

29. PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA – PERT

No mês de agosto de 2017, a Companhia aderiu ao PERT conforme a Lei nº 13.496/17. Foram incluídos débitos Previdenciários e Não Previdenciários, tanto no âmbito da Secretaria da Receita Federal – RFB como da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN. Os parcelamentos são corrigidos por SELIC.

Todos os valores parcelados junto à Secretaria da Receita Federal – RFB estão quitados. Na PGFN, foram parcelados débitos na modalidade Demais Débitos, que já estão integralmente pagos, e Débitos Previdenciários. Este parcelamento segue ativo:

a) Débitos Previdenciários: a adesão permitiu o parcelamento em 145 vezes, após entrada de 20% em 5 parcelas. A consolidação aconteceu em agosto de 2017.

Tipos de Tributos	Quitação		Pagamento em espécie									
	Valor Adesão	Descontos	Compensação BNCSSL/PF	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	a partir 2025
	Débitos Previd. PGFN	17.031	4.793	-	3.406	731	731	487	975	609	792	609
Total	17.031	4.793	-	3.406	731	731	487	975	609	792	609	3.898

30. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para a salvaguarda de seus ativos, com base em levantamentos especializados, considerando a natureza e grau de risco para cobrir eventuais sinistros. A cobertura de seguros abrange riscos diversos sobre edificações, maquinários, móveis e equipamentos, danos pessoais, responsabilidade civil, veículos e lucros cessantes. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31. ACORDO COM CREDOR D&D ADMINISTRADORA DE BENS LTDA

Conforme publicação em fato relevante, datado de 06 de maio de 2022, a Companhia concluiu naquela data a renegociação do saldo de sua dívida com a D&D Administradora de Bens Ltda (“Credora”), com um aditivo ao acordo firmado em agosto de 2017, (objeto do fato relevante publicado em 15/08/2017) e apenas parcialmente cumprido. Os valores pendentes de pagamento, cujo montante total alcançava, em 06 de maio de 2022, o valor de R\$ 139.197.631,99 (cento e trinta e nove milhões, cento e noventa e sete mil, seiscentos e trinta e um reais e noventa e nove centavos), serão pagos pela Companhia à Credora em 240 (duzentas e quarenta) parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 18 de maio de 2022 e as demais consecutivamente. O valor de cada parcela será corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), sendo que, considerando a situação financeira da Companhia, a Credora concederá um prêmio por adimplemento no percentual de 90% (noventa por cento) no valor de cada parcela.

A conclusão da renegociação acima descrita representa uma solução adequada para a totalidade do endividamento da Companhia, com redução dos custos financeiros e de forma compatível com o fluxo de caixa.

A estimativa de reversão de encargos financeiros com o credor D&D Administradora de Bens Ltda, se cumpridas as condições conforme acordo, é em torno de R\$ 7 milhões ao ano. Após o pagamento de 22 parcelas, houve o atraso no pagamento de 4 parcelas, e no mês de setembro de 2024 foi assinado um aditivo ao acordo firmado em agosto de 2017, alterando as condições de pagamento e correção. As novas condições estabelecem que os pagamentos serão retomados a partir de março de 2025, e o valor de cada parcela será corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) + 5,23% a.a. As demais condições do acordo permanecem inalteradas. O valor da dívida em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 142.269.

32. EVENTOS EXTRAORDINÁRIOS

a) Em março de 2024, houve a prescrição de valores de adicional de Senai, no valor R\$ 277. Em abril de 2024 a Companhia aderiu ao programa de Autorregularização da Receita Federal do Brasil, conforme a Lei 14.740/23. O efeito total no Patrimônio Líquido foi de R\$ 21.371, sendo R\$ 9.656 no resultado do 2º trimestre, referente ao desconto obtido da operação e R\$ 11.715 de resultados abrangentes na conta de Prejuízos Acumulados, relativo aos valores compensados com o prejuízo fiscal.

b.1) Em dezembro de 2024 houve a consolidação do programa, e parte do valor do FAP não foi homologado. O valor de R\$ 188 foi revertido. Os valores não consolidados foram parcelados em parcelamento ordinário.

33. DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL E QUITAÇÃO DE IPTU

No ano de 2022 a Prefeitura Municipal de Brusque desapropriou amigavelmente o imóvel de matrícula 20.443 por considerá-lo de utilidade pública, com a finalidade de abrir uma rua. Tal desapropriação foi homologada judicialmente no processo 5006277-02.2022.8.24.0011, e o valor da indenização foi utilizado para liquidar parcelamentos de IPTU. Após a finalização do cálculo pela Prefeitura, houve um saldo remanescente (credor para a Companhia) no valor de R\$ 664.342,65 e será utilizado para pagamento de IPTU no exercício de 2025.

34. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Nos termos da Resolução CVM 80/22, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concordou com o encerramento das Demonstrações Financeiras e com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Brusque/SC, 12 de março de 2025.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

JAIR PACHECO - Presidente
HUMBERTO CARVALHO DE SOUZA - Conselheiro
ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA - Conselheiro

DIRETORIA:

ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA - Presidente
MARCIO LUIZ BERTOLDI - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

CONTADORA:

MARTA CASTELLI
CRC SC 023.517/O-3

CONSELHO FISCAL:

CLÁUDIA ANDONINI PELUSO RIBEIRO
HÉLIO DA SILVA
MARCELLO JOAQUIM PACHECO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Têxtil Renauxview S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o relatório da administração da Companhia, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado do exercício, dos fluxos de caixa, do valor adicional, das mutações do patrimônio líquido e as respectivas notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, sendo que nossos exames foram complementados por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados pela administração da Companhia, tendo em conta ainda os esclarecimentos e o relatório da Steinbach & Auditores Associados, emitido em 13 de março de 2025 e de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, encontram-se em condições de serem encaminhadas à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Brusque (SC), 24 de março de 2025.

Conselheiros Fiscais: **CLÁUDIA A. PELUSO RIBEIRO**, **HÉLIO DA SILVA** e **MARCELLO JOAQUIM PACHECO**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas de TÊXTIL RENAUXVIEW S/A.
Brusque – SC – Brasil

Examinamos as demonstrações contábeis da TÊXTIL RENAUXVIEW S/A (“Companhia”), identificada como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas interna-

cionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Continuidade operacional

Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade de a Companhia continuar em operação no futuro previsível, que é o período mínimo de doze meses a partir da data das demonstrações financeiras. Consideramos como principal assunto de auditoria devido a Companhia ter parado suas demonstrações com o pressuposto de continuidade operacional, sendo que, informações financeiras apontam a existência de um passivo a descoberto na ordem de R\$ 342.030 mil em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 314.075 mil em 31 de dezembro de 2023).

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria para confirmação da utilização do pressuposto da continuidade utilizado pela administração da Companhia incluíram, entre outros:

- Revisão e discussão com os administradores da avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia;
- Avaliação de possível existência de eventos ou condições que, individual ou coletivamente, poderiam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Adicionalmente, avaliamos a adequação da divulgação efetuada pela Companhia relacionada com esse assunto, presente nas notas explicativas nº 01 –

“Continuidade Operacional”, nº 19 – “Crédito Negociado ou em Discussão” e nº 31 – “Acordo com Credor D&D Administradora de Bens Ltda.”.

Nesse contexto, entendemos que a continuidade das atividades operacionais depende do êxito destes projetos. Nossa conclusão não foi modificada em função deste assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, com forma aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor.

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange esse relatório, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, também foram por nós auditados, para os quais foi emitido o relatório do auditor independente em 15 de março de 2024, sem modificação de opinião.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DOS AUDITORES INDEPENDENTES PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

* Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.

* Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

* Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Compa-



TÊXTIL RENAUXVIEW S/A | CNPJ/MF: 82.982.075/0001-80 | NIRE: 4230000949-1 | COMPANHIA ABERTA

nhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
* Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos

controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve

ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau (SC), 13 de março de 2025.

STEINBACH & Auditores Associados - Auditores Independentes
CRC-SC nº 1127/O-9

Tarcísio Schwanz - Contador
CRC-SC nº 023.401/O-8



Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001
A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2025.

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do jornal **O Município** ou acesse através do link: www.omunicipio.com.br/publicacoeslegais/

